

Saber Poder: os agenciamentos da Ciência da Informação com a Biblioteconomia e Arquivologia no Brasil

Power/Knowledge: Information Science, Library Science and Archival Science' agencies in Brazil

Eduardo Ismael Murguia

Pós-Doutorado pelo Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia – IBICT, Brasil.
Professor do Departamento de Ciência da Informação e do PPGCI da Universidade Federal Fluminense – UFF e do PPGB da Universidade Federal do Estado de Rio de Janeiro – UNIRIO.
E-mail: murguia@vm.uff.br

Resumo

O presente artigo é uma reflexão inicial sobre as relações entre a ciência da informação com a biblioteconomia e a arquivologia. Ele parte do princípio de que diversas disciplinas precisam encontrar sua validação social respaldadas na Ciência. Enquanto “saber poder” a ciência da informação ofereceria a fundamentação teórica que serviria para a inserção dessas disciplinas no âmbito científico e acadêmico. No entanto, as relações de poder entre as ciências não são constituídas de forma unidirecional, pelo contrário, existe um embate entre os saberes fundamentados em tradições e práticas diversas. Ao ressaltarmos os aspectos institucionais da ciência da informação no Brasil, percebemos que sua aproximação com a biblioteconomia e a arquivologia foi articulada desde sua exterioridade. No entanto, aponta-se a possibilidade de uma aproximação em torno de tópicos de interesse comum entre essas áreas.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Biblioteconomia; Arquivologia.

Abstract

This paper is an initial consideration on the relationship between information science with library and archival sciences. It assumes that different disciplines need to find a validation grounded on the Science. As "power knowledge" information science offers the theoretical foundation that would serve as a validator for the insertion of these disciplines into the academy and sciences scope. However, the power relations between the sciences are not unidirectional; rather there is a clash between knowledge based on various traditions and practices. Thus, emphasizing the institutional aspects of information science in Brazil, it interprets such relationships as an approximation articulated from its exteriority. However, it is appointed the possibility of a dialogue around topics of common interest between those areas.

Keywords: Information Science; Librarianship; Archival Science.

As relações entre a ciência da informação e outras áreas é um fenômeno estudado principalmente no que diz respeito a sua aproximação com a biblioteconomia. Neste caso, geralmente, presta-se atenção à maneira pela qual a biblioteconomia poderia servir-se da teoria, processos, tecnologias e produtos que essa ciência ofereceria em prol de um fim comum às duas áreas: a satisfação do usuário. Porém, tais aproximações não são unicamente epistemológicas ou práticas. Os agenciamentos de poder, geralmente esquecidos nos debates acadêmicos, também devem ser levados em consideração.

Antes do século XVIII não existia a Ciência. Existia saberes e cabia à Filosofia organizá-los. O chamado progresso da razão desse século era uma forma de disciplinamento dos saberes. Sob o princípio de ordem, a ciência relaciona e exclui saberes, outorgando a si mesma a anunciação da verdade. Antes do século XVIII, o controle dos saberes pertencia à ortodoxia eclesiástica, que decidia quais enunciados deveriam permanecer ou desaparecer. O novo regime não significou dogmatismo, o controle da ciência não incidiria no conteúdo dos enunciados, mas no controle de quem e onde se enuncia um discurso. (FOUCAULT, 2005a.).

Para Day (2000), as práticas profissionais e seus discursos existem dentro de espaços culturais, porém elas precisam justificar essa existência. Para tal fim, eles têm que ser reconfigurados quando se tornam duvidosos, ou quando entram em crise, ou quando são recentes. Neste último caso, as profissões têm que encontrar argumentos na sua própria tradição e, ao mesmo tempo, nas tendências que o futuro próximo oferece. Em um sentido amplo, as profissões são instituições utilitárias que buscam a auto definição através de argumentos considerados de importância social.

A procura de uma justificativa científica é uma questão comum a todos os campos do saber e perpassa todas as áreas que pretendem validar-se socialmente pela sua enunciação da verdade. Portanto, podemos considerar que é em face de táticas e estratégias que se instaura a legitimidade da ciência. Motivo pelo qual, podemos considerar seus discursos e seus dispositivos como agenciamentos concretos, que adquirem sua materialidade nos seus enunciados e nas suas instituições.

Se todo agenciamento social é um agenciamento de poder, podemos afirmar que o controle sobre os saberes se estabelece a partir da instauração de um regime de validação, isto é, sobre *quem* diz e *como* diz a verdade. A instauração de um regime de verdade é sempre uma ruptura e, nesse sentido, é sempre histórico; é um agenciamento do poder, que acontece pelo enfrentamento de diversos dispositivos e discursos. (FOUCAULT, 2005a)

O saber não deve ser pensado de forma isolada, mas, sim, dentro de suas relações de poder. Qualquer forma de exercício de poder precisa de um campo correlato de saber para que o poder seja exercido ou, em outras palavras, é o poder que produz saber. Existe um “poder-saber” que se constitui a partir do sujeito que conhece, dos objetos a conhecer, e das modalidades de conhecimento dentro de suas transformações históricas. São “as lutas [do poder-saber] que o atravessam e o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis de conhecimento” (FOUCAULT, 2005b, p. 27)

Por um lado, as enunciações dos saberes precisam ser pronunciadas dentro dos seus regulamentos discursivos. Por outro, devem instaurar-se materialmente através das instituições. Neste sentido, a ciência pode ser considerada um dispositivo de poder que se agencia através do discurso, das organizações e das práticas. A ciência tem poder porque produz verdade, e essa verdade faz que com que o poder seja exercido.

Não se trata de estabelecer relações unívocas entre os saberes. Todos exercem poder e em todos, o poder é exercido. A relação saber-poder abarca todos os saberes, incluindo a ciência. Nesse sentido, optamos por partir do princípio de que a ciência da informação é um *saber-poder*, da mesma forma que a biblioteconomia e a arquivologia também o são. No entanto, consideramos que a ciência da informação também é um dispositivo de poder, se assumirmos seu estatuto de cientificidade perante as práticas e saberes tradicionais da biblioteconomia e da arquivologia.

A ciência da informação – para além dos seus interesses práticos e teóricos na busca de resolver problemas imediatos pautados pelo aparecimento das novas tecnologias –, se deparou com a necessidade de se respaldar em uma teoria (da informação) cujos desdobramentos também práticos e discursivos, servisse metaforicamente como uma “porta de entrada” para a ciência.

Esse entendimento não significa reduzir a ciência da informação unicamente a um instrumento maniqueísta de poder que impõe seu estatuto científico com fins imediatos de dominação. Nosso entendimento aponta para a observação de que a constituição do seu corpo teórico, suas práticas consolidadas, sua difusão normatizada e seu exercício prático e discursivo em instituições próprias levaram-na a sua estabilização e reconhecimento acadêmico, colocando-a em uma situação de “privilégio” perante a biblioteconomia e a arquivologia.

Embora seja uma reflexão inicial que mereceria maior espaço e tempo de elaboração, propomos como ponto de partida considerar a ciência de informação como um “saber-poder”. Não no sentido de uma orquestração maquiavélica de dominação e hegemonia, como foi mencionado, sobre outras áreas (biblioteconomia e arquivologia), mas no sentido de que suas associações/enfrentamentos se desdobraram em múltiplas ações que aproximam hoje essas áreas, especificamente no caso do Brasil.

A Ciência da Informação e a Biblioteconomia

Na metade do século XX, Shera (1968) trata de mostrar, de forma bastante compreensível, as tensões que acompanharam o nascimento da ciência da informação, desde uma perspectiva de um jogo político – embora, talvez, não tenha sido essa sua intenção. Segundo o autor, quando Otlet e La Fontaine colocaram as bases para a bibliografia universal, não fizeram outra coisa senão dar atualidade a um movimento iniciado no século XVII por Johann Trithem, que elaborou uma bibliografia de religiosos carmelitas, beneditinos e alemães com a finalidade de estabelecer uma reunião dos escritores cristãos desde as origens até seus dias. A obra de Trithem sentou as bases para as posteriores bibliografias.

Para o mencionado autor, Otlet e La Fontaine objetivavam organizar documentos com métodos vindos da biblioteconomia. E, embora nada mais fosse que uma análise mais aprofundada, lhe deram o nome de Documentação. O que significou um cisma porque atividades, antes desenvolvidas por bibliotecários, passaram a ser realizadas por documentalistas com um novo nome. A chegada da documentação nos EUA trouxe como consequência o posterior desmembramento da American Library Association em outras instituições. A principal questão era inventar maneiras pelas quais as bibliotecas deveriam se adequar às demandas de um novo contexto especializado da ciência e da tecnologia. Na visão de Shera (1968), esse embate entre a biblioteconomia e a documentação foi “resolvido” graças à documentação, que preocupada com o tratamento de novos tipos de documentos, ficou restrita aos microfimes, evitando mais confusões.

No entanto, outro enfrentamento haveria de aparecer quando do nascimento da ciência da informação. Shanon e Weaver ao formularem a teoria da informação, se referiam unicamente aos sinais de transmissão eletrônicos. Porém, “[...] la palabra [informação] suena bien y quienes se ocupaban de facilitar el acceso al saber registrado no tardaron en apoderarse

de ella. Así muy pronto empezó a emplearse la expresión “ciencia de la información” para designar la bibliotecología de tipo no tradicional” (SHERA, 1968, p. 94).

Neste caso, porém, a ciência da informação viria para somar. Embora usasse uma linguagem diferente, isso aconteceu devido às situações peculiares. A biblioteconomia seria “una actividad profesional que comprende el conjunto de organismos, operaciones técnicas y principios que dan a los documentos gráficos el máximo de utilidad humanamente posible.” (SHERA, 1968, p. 94) enquanto que a ciência da informação:

[...] es una rama de la investigación que toma su sustancia, sus métodos y sus técnicas de diversas disciplinas para llegar a la comprensión de las propiedades, comportamiento y circulación de la información. Abarca el análisis de los sistemas, los aspectos lógicos de la información y de la comunicación, de los medios de información y del análisis lingüístico de la organización de la información, de la relación hombre-sistemas, etc. (SHERA, 1968 p. 95).

Pelas razões acima mencionadas, o autor conclui que a biblioteconomia e a ciência da informação abordam os mesmos problemas e as abordagens são interdependentes. A ciência da informação oferece ainda, pela informação, **um princípio unificador** aos processos com os quais se preocupa a biblioteconomia. Finalmente, a nova realidade informacional apresenta desafios que não poderiam ser resolvidos com os métodos da biblioteconomia tradicional.

Não obstante Shera (1968) reclamasse que os novos cientistas substituíram termos como “catalogação” por “descrição” em um intento de se diferenciar da velha biblioteconomia, depois de várias décadas, pode-se perceber que aquelas substituições não eram simplesmente modismos, ou um novo linguajar. A prova disso é que quarenta anos depois houve a discussão de um novo campo de estudos dentro da ciência da informação: a organização do conhecimento. Esta se propõe como a emergência de um campo que trata de estabelecer relações semânticas entre conceitos, a partir de paradigmas próprios da ciência da informação e de metodologias específicas da organização do conhecimento.

Frohmann (1996) menciona que na segunda metade do século XIX, ocorre uma polêmica no meio bibliotecário americano: as bibliotecas dessa época deveriam ter três prioridades, a saber: ajudar a criar conhecimento, educar e entreter. Assim, o bibliotecário deveria ser o mestre, o erudito que através de suas bibliografias fosse capaz de guiar as leituras, tratando em todo momento de enaltecer o leitor. Mas, nesse meio, Melvil Dewey, embora amparado nesses objetivos da biblioteca, estabeleceria um novo padrão.

Dewey’s goal complied more fully with forces of production in the service of a rapidly accelerating consume culture. He spoke of commodities and markets, realizing the issue was control of a new mass market for a specific kind of

educational service, often complementary to, but at other times competing directly with the schools and universities. (FROHMANN, 1996, p. 353)

A missão da biblioteca pública como educadora, ao longo do século XIX e começos do XX, possibilitou também a função do bibliotecário como guia dos leitores. Diferentemente, como mencionava Shera (1968), os cientistas das bibliotecas especializadas recolocavam o bibliotecário face às práticas profissionalizantes de tratamento e disponibilidade do material gráfico, por exemplo.

Para o autor, só a ciência da informação permite redefinir a questão focalizando o interesse nas necessidades e usos da informação. Não mais em um sentido pedagógico e civilizatório, mas no sentido de busca e disponibilidade de informação de acordo com as necessidades específicas do usuário, seja qual for o uso dessa informação. Constitui-se, portanto, um novo campo, da mesma forma que a organização da informação, baseado em uma teoria vinda das ciências sociais e com metodologias específicas de busca e disseminação da informação.

A documentação nos EUA propiciou uma série de fragmentações e dissidências, que tratavam de responder a novas demandas informacionais, perante as quais a biblioteconomia não tinha como responder adequadamente. Em um segundo momento, a teoria da informação, nascida no mesmo país, ofereceu o termo “informação”, que foi apropriado e revestido de cientificidade: a ciência da informação.

Fica evidenciado que essa apropriação, inicialmente, foi um jogo eminentemente político, no sentido de se apropriar de uma teoria científica e assim se justificar devidamente perante a comunidade científica e acadêmica. Mas, por outro lado, esse processo de apropriação significou também uma elaboração teórica e reflexiva pela qual o objeto da teoria da informação (a informação) servisse de base e elemento unificador dos processos e produtos informacionais no geral, e em especial dentro das bibliotecas. Ainda quando nos referimos a um jogo político, não queremos dizer que tenha sido um movimento orquestrado explicitamente para tal fim, mas, no sentido de existir um imperativo de cientificidade que levou à biblioteconomia a se alinhar com esta nova ordem. Neste sentido, acreditamos que a ciência da informação e a biblioteconomia são consubstanciais no sentido de que a “invenção” da ciência da informação era uma necessidade para se justificarem social e cientificamente.

Percebemos também que nesses momentos de confronto entre a biblioteconomia e a documentação e, paralelamente, a aceitação da ciência da informação, em momento nenhum a

arquivologia foi considerada nessas relações. A ciência da informação nasceu, assim, atrelada à biblioteconomia, e custou um tempo para que essa nova ciência estabelecesse relações com a arquivologia.

A Informação e a Arquivologia

Gagnon-Arquin (1998) identifica a problemática geral dos arquivos a partir de uma tríplice perspectiva: os arquivos, propriamente ditos, os arquivistas e a disciplina arquivística. Assim, a história dos arquivos pode ser abordada desses diferentes aspectos. Principalmente a partir do conteúdo dos documentos e da concepção que deles se faz, podemos inferir o papel que os arquivos ocuparam em diferentes momentos e civilizações. Ao longo do tempo, os documentos serviram como meios para o exercício do poder, para o reconhecimento de direitos, para o registro da memória e seu conseqüente uso futuro.

O arquivo nasce como um aparelho para o exercício do poder do Estado, como um espaço e lugar onde eram preservadas as disposições por ele emanadas e os documentos que permitiam a administração de populações e territórios. Em alguns momentos confundindo-se com as bibliotecas, os arquivos começam a fazer sentir sua necessidade conforme os estados vão se tornando mais complexos, adquirindo assim um dos elementos de sua atual especificidade.

Os tipos de documentos também determinam os próprios arquivos. No Egito Antigo, os documentos eram mistos de administração, religião e literatura, dando lugar a listas, cartas, contratos, leis, etc. Estes se tornaram mais específicos a partir do momento em que os Estados assumiam novas funções, passando dos arquivos pessoais aos arquivos estatais, notadamente no século XV. Também foram determinantes, os lugares onde os arquivos eram criados, mostrando sua importância dentro das sociedades. Localizados nos templos, nas ágoras das polis gregas, até sua localização junto às instâncias governativas.

Quanto aos responsáveis pelos arquivos, estes cumpriram sempre uma relação estreita com a administração, para posteriormente se vincularem à pesquisa e finalmente à defesa dos direitos dos cidadãos. Diferentemente da biblioteconomia, da documentação e ciência da informação, que estabelecem suas práticas e saberes no confronto e assimilação disciplinar da ciência, a arquivologia concorda em sentar suas origens em décadas anteriores ao século XIX, com base inicial na administração.

Cruz Mundet (2008) menciona que a Revolução Francesa trouxe mudanças radicais nos arquivos. Não unicamente pelo fato de dispor os arquivos ao acesso de todos, e o conseqüente estabelecimento dos arquivos públicos, mas também pelos problemas acarretados pelo confisco de documentos das diversas esferas administrativas do Antigo Regime. A grande massa documental, naquele momento, era organizada com diferentes critérios, o que ocasionava também uma grande dispersão dos documentos.

Mas seria no século XVIII que os arquivos cumpriram outra função que adquire sua máxima expressão no século seguinte. Dentro do processo de *cientifização* dos saberes, própria do século XIX, a historiografia passou também a se fundamentar em provas, isto é, em documentos, daí a necessidade de se recorrer aos arquivos, lugares onde eram depositados os documentos que provariam os fatos do passado. Decorrencia da relação da história com os arquivos foi a criação da *École Nationale des Chartes*. Idealizada por Napoleão, foi instituída por édito de Luis XVIII, em 1821, em um momento em que a primeira geração romântica estava redescobrando a Idade Média. O objetivo principal da instituição era treinar jovens estudiosos na organização de documentos que tinham sido coletados, como resultado das confiscações das guerras revolucionárias, para reescrever a história nacional.

Como vemos, a criação da Escola correspondia a uma intencionalidade de adaptação do arquivo a essa nova história, objetiva e científica que precisava de documentos como provas. Pretendia-se com isso, fazer do arquivo uma instituição eficiente que atendesse essa nova demanda de escrever o passado, para a qual o arquivista devia estar munido de instrumentos apurados, como a paleografia e a diplomática, todos subordinados à escrita da história.

Cruz Mundet (2008) estabelece uma divisão entre um período pré-arquivístico e um período arquivístico. A linha divisória entre um e outro foi demarcada pela circular datada no dia 24 de abril de 1841; assinada por Natalis de Wailly, chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior da França. Essa circular pretendia estabelecer um critério econômico e definitivo nos arquivos franceses para o ordenamento documental. Até aquele momento, não existia um critério único de classificação; categorias diversas como formas simbólicas, tipo de documento, assunto, atividades, funções, etc. usavam-se nos diversos locais.

De Wailly propõe um princípio pelo qual os documentos devem ser mantidos e agrupados de acordo com a administração, o estabelecimento ou com a pessoa física ou

jurídica de onde provêm. Dessa forma, o princípio chamado de proveniência, evitaria a dispersão e mescla dos documentos. Tal princípio expandiu-se rapidamente pelos países europeus, dando lugar a uma tradição própria da arquivologia: a publicação de manuais.

Um *corpus* científico constitui-se de diversas maneiras, mas, sobretudo através de publicação de manuais da especialidade e da criação de actividades de formação. O arquivista atingiu maturidade suficiente para ter uns e outros. Desde o início do século XX, surgiram em diferentes países vários manuais de arquivística. [...] A publicação de manuais representa uma etapa na constituição de uma disciplina científica. Estas obras articulam a teoria e as práticas em torno de uma abordagem única e permitem a transmissão do estado dos conhecimentos bem como o estabelecimento de uma tradição. (GAGNON-ARQUIN, 1998, p. 53)

Entre os mais importantes, aparecem o chamado Manual dos Arquivistas Holandeses de 1898 e o manual de Hilary Jenkinson de 1922. É a partir deles, que a arquivologia constrói seu estatuto profissional e científico. Cruz Mundet (2008) se inclina pela consideração da arquivologia como ciência, apresentando, para isso, algumas definições dos clássicos da área, que achamos oportuno reproduzir.

O Conselho Internacional de Arquivos define a arquivística como: “o estudo teórico e prático dos princípios, procedimentos e problemas concernentes às funções dos arquivos”. (CRUZ MUNDET, 2008, p. 57-58), sendo que o Congresso Internacional de Arquivos de Londres, em 1980, a considera como uma “ciência em formação”.

Cruz Mundet (2008) continua afirmando que, para Leesch, a arquivologia é ciência devido a seu método. Graças ao Manual Holandês, criou-se um método (fundado no princípio de proveniência) que permitiu que a arquivologia se separasse da biblioteconomia e da museologia. Schellenberg considera que é “la ciencia que trata de los archivos, de su conservación, interpretación, etcétera; de las colecciones de documentos que en los archivos se conservan como fuente para su conocimiento ulterior y de servicio público”. (SCHELLENBERG, 1958¹ apud CRUZ MUNDET, 2008, p. 57).

Dentro dessa discussão, Londolini coloca o aspecto científico da arquivística no princípio de procedência. Para ele, é um princípio universal e validado pelas publicações que ocasiona. Antonia Heredia ressalva que não deve ser uma ciência do documento, pois este é produto de arquivo. O objeto da nova ciência são os próprios arquivos. Tanodi sistematiza essa proposta chegando à conclusão que a arquivologia, embora aponte para características científicas, ela é ainda uma disciplina. A arquivologia tem um objeto (os fundos e os

¹ SCHELLENBERG, T. R. *Archivos modernos: principios y técnicas*. La Habana: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1958, p. 42.

arquivos). Embora também tenha um método, este carece da parte científica, no sentido estrito da ciência. Quanto à metodologia, o pesquisador acredita que ainda esteja em vias de normalização. (CRUZ MUNDET, 2008).

Esta breve apresentação assinala a preocupação constante da arquivologia com a construção de uma cientificidade diferenciadora de outras áreas correlatas, desde seu início enquanto [...]. Notemos que, enquanto gênero, os manuais são prescrições práticas que nos ensinam ou nos capacitam a lidar com determinado objeto. Assim, os tradicionais manuais clássicos da arquivologia, pretendiam delinear certos princípios que definissem e permitissem uma prática homogênea no tratamento dos arquivos.

Schellenberg (2006) reconhece que os documentos possuem dois valores. Um primário, de uso corrente, para fins administrativos. E, um valor secundário, atribuído ao documento depois de ter cumprido sua função primeira, como testemunho de ações passadas, oferecendo-se como material próprio para a pesquisa.

Por trás da proposta de Schellenberg (2006) sobre o valor do documento, existia uma estratégia. Como funcionário público e perante a enorme massa documental produzida pelo governo americano, o autor propõe que deva existir uma diferença entre os arquivos (os permanentes, aqueles que possuem um valor histórico); e os *records*, documentos de uso corrente que devem ser tratados no lugar onde são produzidos, necessários para o funcionamento da instituição e requerem outro tipo de tratamento profissional.

Os arquivos se viam restritos a uma fatia de documentos selecionados, para sua preservação e guarda, depois de um descarte (avaliação) basilar na gestão desses documentos. Sua proposta é que os arquivos se adaptem a um novo cenário, no caso evidenciado pelo serviço público. Dessa maneira, se produzia uma cisão no entendimento dos arquivos, como aconteceu com as *Special Libraries*, na mesma época, a respeito das bibliotecas.

Perante essa situação, respostas vieram de diferentes países, oferecendo uma perspectiva integrada chamada de “arquivos totais”, na tentativa de superar essa divisão; e a outra resposta pela qual os arquivos foram redimensionados teoricamente desde uma perspectiva social.

If archivists are not to appraise, acquire, and describe as archival records primarily those that historians and other users want (as Schellenberg and his successors advocated); if archivists are not comfortable assuming that the records creator will be able to decide fairly what records to keep. Beyond a very narrow range needed to meet the agency's legal obligations and short-term accountabilities (as Jenkison

recommended), what are archivists to do? Answers and alternative approaches have come from Germany, The United States, and Canada. Believing that archives should reflect more globally the society that creates them, these differing “societal approaches” explore new conceptions of archival theory and methodology. (COOK, 1997, p. 30)

O mencionado autor continua afirmando que o advento das novas tecnologias não foi promissor, para a arquivologia num primeiro momento. Na década de 1970, até a metade dos anos 80, o pânico causado pelas tecnologias fez com que alguns autores propusessem o abandono da profissão para, assim, formar técnicos em informática ou gestores de documentos. Esta primeira geração enfatizava o conteúdo em detrimento da proveniência. Defendiam que a catalogação bibliotecária, ir-se-ia sobrepor à descrição arquivística, tratando itens isolados, no lugar das suas séries.

Desde a perspectiva dos “arquivos totais”, e preocupados com o lugar dos arquivos na era da informação, Couture, Ducharme e Rousseau (1988) refletiram sobre a arquivística moderna no novo entorno social. O conceito de *record managment*, reiteraram, foi uma divisão entre a arquivologia tradicional e a visão americana. Assim, propõem uma educação do arquivista que contemple os dois aspectos desde uma perspectiva integrada em torno da gestão da informação. Ainda reconhecendo a importância da informação, seja como insumo ou na gestão, apontam para o fato de que a arquivologia poderia construir sua autonomia em relação à administração e da história

À une époque où l’information est devenue une richesse naturelle très prisée – ne parle-t-on pas de l’ère de l’information? – il deviant le plus en plus urgent que l’archivistique définisse clairement la place qu’elle veut occuper sur l’échiquier de l’information. Pour ce faire, elle devra, d’abord, se libérer complètement de ses dépendances, consolider ensuite son autonomie pour établir enfin les alliances lui permettant d’éviter l’isolement. (COUTURE; DUCHARME; ROUSSEAU, 1988, p. 57).

Posteriormente, continuando na perspectiva de uma arquivologia integral, baseada em uma informação orgânica dos arquivos, Couture (2001-2002) relata sua pesquisa ocorrida entre os anos de 1988 a 1991 referente as políticas nacionais e internacionais de arquivo. Entre 1991 a 1994, o autor estudou os princípios e funções que serviram de base à disciplina arquivística. E, de 1997 a 2000, dedicou-se ao estudo do ensino e pesquisa.

Os resultados desse último projeto foram os artigos publicados sobre a pesquisa (COUTURE; DUCHARME, 1998-1999), e o ensino de arquivologia (COUTURE, 2001-2002). Mencionamos rapidamente que, no primeiro, a informação emerge como um tema de pesquisa cada vez mais reiterado, notadamente na relação das questões teóricas dos arquivos na sua relação com as tecnologias da informação e os aspectos práticos da introdução dessas

tecnologias. Mas, vai ser no artigo sobre o ensino, no qual vemos a arquivologia, senão atrelada, cada vez mais próxima da ciência da informação, seja como disciplina ou como pertencente a centros ou departamentos.

Em suma, vimos que apesar da longa história dos arquivos, a arquivologia nasceu em uma data circunstância específica, isto é, nasceu a partir de uma disposição administrativa de caráter prescritivo. Portanto. Foi nessa trajetória de medidas concretas, com a finalidade de serem consensuais, que apareceram os manuais. Posteriormente, baseados na economia e eficácia de alguns métodos, se elaboraram alguns princípios, que foram transformados em fundamentos com base científica. Vemos por outro lado, que dentro da nova realidade informacional dos últimos cinquenta anos, a arquivologia, tanto na sua teoria como nas suas práticas e suas instituições, se viu condicionada a aproximar-se à informação e sua ciência.

Porém, ao longo desse percurso, fica evidenciada uma postura (de definição ou adaptação) reivindicativa de sua autonomia perante os domínios aos quais esteve atrelada de forma subordinada (história) ou a domínios próximos (biblioteconomia, documentação, ciência da informação). Nesse sentido, Couture, Ducharme e Rousseau (1988) propõe as interlocuções possíveis entre a arquivologia e a ciência da informação: noção de informação, análise de sistemas, políticas de informação, administração e gestão, estudos de usuários, análise documentária, fontes de informação, conservação e técnicas de pesquisa. Os autores ainda mencionam que essa reflexão e posteriores mudanças devam ser feitas sob as recomendações do Programa Geral de Informação da UNESCO.

Criada em 1945, a UNESCO tinha entre seus principais objetivos levar o benefício da ciência a todos os países. Para isso, na década de 1960 foi criado o Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica (UNISIST), que com a adesão de todos os países, pretendia transferir ciência e tecnologia para países subdesenvolvidos, com a finalidade de superar o desequilíbrio existente. Importante destacar que em 1974, a UNESCO organizou a **Conferência Intergovernamental** sobre o planejamento das infraestruturas nacionais de documentação, bibliotecas e arquivos. Participaram do evento, a Federação Internacional de Documentação (FID), Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (FIAB), e Conselho Internacional de Arquivos (CIA); e 86 delegados dos países membros. Nesse sentido, destacamos a importância que a política de informação teve para que os arquivos se pensassem a si mesmos dentro de uma nova ordem mundial, na qual a informação passava a representar um papel protagonista.

Um caso especial a respeito da associação entre a ciência da informação e a arquivologia foi a tese de doutorado de Maria Odila Fonseca (2005), defendida no IBICT no ano de 2004. Sem entrar na análise do trabalho, nos limitaremos a destacar algumas afirmações que a autora faz na introdução assim como suas conclusões, nas quais reconhece e aponta algumas considerações importantes.

Fonseca (2005) detecta que não obstante a representativa produção de pesquisa sobre a interdisciplinaridade da ciência da informação, a arquivologia foi omitida, sendo mútua tal omissão, uma vez que a arquivologia tampouco reconhece à ciência da informação como área afim. O pensamento hegemônico prevalecente na arquivologia não está preocupado com as questões interdisciplinares da área. Enquanto seu objeto de preocupação, ele não foi a informação, e quando aparece ela é consequência do documento de arquivo. No entanto, alguns indícios de diálogo apareceram nas preocupações dos autores da Escola de Montreal.

No âmbito nacional, na década de 1980, emergiram novos espaços para a produção do conhecimento arquivístico, com a criação dos cursos de pós-graduação em ciência da informação. Como consequência, as questões próprias da ciência da informação serviram para que a arquivologia discutisse seus objetivos tradicionais e incorporasse a informação como um novo objeto de interesse. (FONSECA, 2005).

As conclusões da autora são sumamente reveladoras. Nelas se identifica que a questão da interdisciplinaridade da arquivologia e a ciência da informação são muito mais fortes no Brasil do que no cenário internacional. Por esta razão caberia a indagação “se esta não é uma ‘interdisciplinaridade conjuntural’, estabelecida como meio de sobrevivência acadêmica, dado o desolador cenário das instituições arquivísticas nacionais” (FONSECA, 2005, p. 101)

A Ciência da Informação no Brasil

Introduziremos o aspecto da ciência da informação no Brasil desde a ótica institucional, principalmente com a criação do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia). E, chamando a atenção para possíveis lugares de observação sobre as articulações entre a ciência da informação com a biblioteconomia e a arquivologia. Assim, Edson Nery da Fonseca (1957) afirmava que a criação do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, instituído em 1911, por iniciativa do seu diretor Manoel Cícero Peregrino da Silva, foi realizada sob a influência francesa. O modelo adotado da *École des*

Chartes, se refletia nas disciplinas ministradas: bibliografia, paleografia, diplomática e numismática. A escolha desse modelo deveu-se ao prestígio da Escola, criada para formar arquivistas que atendessem ao tratamento dos grandes fundos documentais chegados a França com as guerras napoleônicas, e seu posterior serviço à história medieval influenciada pela historiografia romântica do século XIX.

No entanto, a orientação francesa seria trocada:

[a orientação] norte-americana coincide com um acontecimento marcante da história política do Brasil: a revolução de 1930. A substituição do “europeu da Europa pelo quase-europeu dos Estados Unidos da América do Norte” começa em São Paulo, onde foi instituído, em 1929, o nosso segundo Curso de Biblioteconomia, sob os auspícios de um colégio norte-americano: o Instituto (hoje Universidade) Mackenzie. [...] Com a criação de novos cursos de Biblioteconomia a influência norte-americana consolidou-se. No Rio de Janeiro ela se fez sentir pela primeira vez em 1940, quando começou a funcionar o Curso de Biblioteconomia do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). [...] Concedendo bolsas de estudos a bibliotecários de outros Estados, os Cursos de Biblioteconomia de São Paulo e do Rio de Janeiro contribuíram, de modo decisivo, para a criação de outros centros biblioteconômicos no Brasil. [...] O resultado da formação técnica proporcionada pelas escolas e cursos de Biblioteconomia não se fez esperar. Concluídos os cursos, os bibliotecários que ainda não exerciam essa função foram chamados a exercê-la. E sob esse influxo, reorganizaram-se velhas bibliotecas, ao mesmo tempo em que se criavam novas. (FONSECA, 1957, p. 96)

Podemos ler nas entrelinhas o menor apreço que Fonseca (1957) sente pela orientação norte-americana, à qual atribui, com certo tom pejorativo, uma formação técnica. Ainda incorporada pelos dois grandes centros urbanos da época (Rio de Janeiro e São Paulo), essa orientação exerceria sua influência em todo o país.

A institucionalização da biblioteconomia em São Paulo foi mais direcionada no sentido de obedecer a uma circunstância concreta. Em 1935, foi criado o Departamento da Cultura da cidade de São Paulo, por iniciativa de Sérgio Milliet, Mario de Andrade e Paulo Duarte. Do grupo que liderou a criação do Departamento, participava também Rubens Borba de Moraes, intelectual paulista participante da organização da Semana de 1922. Nesse mesmo ano de 1935, Borba de Moraes assumia a direção da Biblioteca Municipal, criada em 1925, e em cujo cargo permaneceu até 1943. Um ano depois de assumir o cargo, fundou a escola de bibliotecários com a finalidade de atender a documentação do Departamento e, em 1938, criou a Associação Paulista de Bibliotecários. A criação da escola obedeceu ao fato de que Borba de Moraes encontrou a Biblioteca em uma situação caótica, onde as últimas aquisições eram de 1910 e os livros não eram nem sequer ordenados nem catalogados. Vajamos o relato de Moraes perante essa situação:

Havia na biblioteca um grupo de rapazes e moças muito esforçados, com vontade e queriam aprender, mas não tinham onde e como. Então surgiu, eu tive a idéia de fundar uma escola. Já que toda a gente quer aprender, fundar uma escola. Eu consegui do prefeito Fabio Prado uma autorização para fundar uma escola de biblioteconomia. Uma escola modesta, exclusivamente, quase que exclusivamente, para bibliotecários que havia em São Paulo, para os existentes em São Paulo. Porque a biblioteconomia não era uma carreira reconhecida e não era conhecida. De maneira que os bibliotecários e os funcionários que trabalhavam em bibliotecas e tivessem a oportunidade de aprender. E os cursos eram modestos. Eram simplesmente os cursos de catalogação, de classificação e de historia do livro e um de organização de bibliotecas. Depois, mais tarde, fizemos de referencia, ordem e bibliografia. E com grande surpresa minha, a escola teve um sucesso muito grande, teve um número de alunos inscritos maior que o previsto. Tão grande, que nós ficamos com dificuldade de arranjar espaço, arranjar lugar. (BORBA DE MORAIS, 1992, p. 54)

Esse depoimento pessoal mostra claramente como se introduziu a profissionalização da biblioteconomia em São Paulo. Primeiro, evidenciando uma decisão perante um problema urgente de modernizar a Biblioteca Municipal, modernização que fazia parte de um plano maior iniciado na esfera da cultura em 1922. Faziam-se também necessárias, nesse sentido, a capacitação de recursos humanos e a implementação da infraestrutura com a edificação de um novo prédio. Mas, pelo conteúdo da grade escolar, percebemos seu atrelamento a uma biblioteconomia de cunho americano e não mais europeu.

Assentadas nas bases sobre uma orientação norte-americana, a biblioteconomia estaria mais receptiva às novas influências. Nunes (2009) corrobora afirmando que no início do século XX a influência europeia, basicamente francesa, se refletiu no ensino de biblioteconomia através do curso da Biblioteca Nacional. Mas acrescenta que as viagens de diversos bibliotecários aos EUA, na década de 1930, serviram para que o modelo americano fosse paulatinamente adaptado em bibliotecas e cursos nacionais. Nas décadas de 1950 e 1960, os princípios da Documentação europeia se fizeram sentir sem abandonar o modelo americano. Criou-se o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) com o apoio da UNESCO. Tal influência se traduziu na adoção de um tratamento documental voltado para a informação científica e tecnológica e pela criação do curso de especialização em documentação científica.

Anteriormente, outro Serviço de Bibliografia e Documentação tinha sido estabelecido na Biblioteca Nacional no ano de 1911, com a finalidade de organizar a bibliografia nacional com base no modelo e em cooperação com o Instituto Internacional de Bibliografia de Otlet. Motivo pelo qual Fonseca (1956) sugeriu que o IBBB viesse ocupar um lugar que o Serviço já havia anunciado. O IBBB foi criado em 1954. Naquele ano, a UNESCO enviou ao Brasil um documentalista com larga experiência – o Dr. Herbert Coblans:

[o IBBD] 1) Divulga um Boletim no qual são comentadas ou noticiadas não só as bibliografias publicadas, como as que estão em vias de publicação, em preparo ou, apenas, em projeto. Desse modo, evita a duplicação de tarefas semelhantes. 2) Prepara técnicos de bibliografia, por meio de cursos especializados, como o de Pesquisas Bibliográficas em Ciências naturais, ministrado em 1954-1955, com a duração de um ano. 3) Compila e divulga trabalhos básicos – como o Guia dos Periódicos Brasileiros de Cultura e a Bibliografia Brasileira de Documentação – e bibliografias especializadas em assuntos bibliograficamente inexplorados, no Brasil. (FONSECA, 1957, p. 120)

Segundo Oddone (2004), quando foi criado o IBBD, se produziu um resgate das experiências que no começo do século XX, Manuel Cícero Peregrino da Silva, tinha iniciado sobre a documentação. A prova disso foi diversos artigos sobre o tema publicados pelos membros da instituição. Nesse sentido, a autora menciona que mais do que um confronto entre a biblioteconomia e a documentação, houve uma articulação entre ambas. **O regime de informação** (grifo nosso) instaurado pelo IBBD teve como principal característica o oferecimento de serviços criados por ele dentro da articulação da biblioteconomia à documentação, a semelhança das propostas de Paul Otlet. Por outro lado, embora a biblioteconomia assumisse a documentação incorporando-a nos seus currículos, em um outro momento, o IBBD fez questão de mencionar que, embora a biblioteconomia incluísse a documentação, esta não necessariamente incluiria a primeira. Assim:

[...] o híbrido entre Biblioteconomia e Documentação proposto pelo IBBD não foi uma iniciativa aleatória. Assim como mais tarde a Ciência da Informação (PINHEIRO 2004) seria oferecida como solução para fazer face às novas problemáticas da década de 70 (ODDONE, 2004, p. 117).

Em 1976, o Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (IBBD) passou a ser Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), adotando no país outra demarcação na profissão do bibliotecário que, a partir de então, também era compreendido como cientista da informação.

O IBICT foi criado dentro de um programa de políticas públicas de desenvolvimento, auspiciado por órgãos internacionais, como a UNESCO, nas décadas de 1960 e 1970. Ditas políticas enfatizavam a transferência de informação em ciência e tecnologia assim como sua promoção. A tendência para a fundação desses institutos se respaldava em bases teóricas da recém-criada ciência da informação.

Nunes (2009) assinala ainda que as ações do IBBD estavam, de certa forma, condicionadas pela presença cada vez maior das propostas da ciência da informação, que focalizava sua atenção para a informação tecnológica. Assim, a ciência da informação foi

adotada pela primeira vez pelo IBBD, em 1970, com a criação de um mestrado, também em ciência da informação:

A criação do mestrado em Ciência da Informação foi um marco para a Biblioteconomia e Documentação brasileiras, pois além de influenciar as práticas diárias das bibliotecas e bibliotecários, introduzindo uma nova corrente que pregava o uso de novas tecnologias de informação e automação nas tarefas diárias, influenciou também os currículos dos cursos de formação em Biblioteconomia existentes e deu início a um processo de mudança radical na terminologia da área. (NUNES, 2009, p. 51)

Obviamente, a “mudança radical da terminologia da área” não pode ser reduzida a uma questão de fraseologia. Dois anos antes da criação do IBICT, os trabalhos de Gomes (1974) e Zaher (1974), anunciavam os lineamentos e o escopo das pesquisas do instituto. O IBICT foi uma instituição pioneira e determinante não somente na introdução da ciência da informação no país, mas também foi o laboratório no qual a teoria, especificamente a cientificidade da ciência da informação seria consolidada.

Embora, de certa forma, a criação do IBICT obedecesse a uma imposição política internacional, este cumpriu um papel inquestionável na elaboração de um corpo teórico que a nova ciência da informação demandava. Ainda no que concerne a relação do IBICT com as políticas de informação da UNESCO, mostra que a instituição não foi uma simples consequência, mas pelo contrário, veio a ocupar um lugar de reflexão, aplicação prática e formação de profissionais (pós-graduados) de informação.

Em décadas posteriores, os pesquisadores do IBICT (mesmo sob perspectivas diferentes), procuraram consolidar e fundamentar teórica e epistemologicamente a ciência da informação. Sem a intenção de esgotar esta discussão, colocamos unicamente um exemplo dos trabalhos de cada um de três autores que ao longo de suas trajetórias como pesquisadores conseguiram, no Brasil, apurar uma ciência.

Gonzalez de Gomez (2001) construiu desde a filosofia, uma indagação rigorosa sobre a epistemologia da ciência da informação, ao longo dos anos dedicados à consolidação do campo dessa ciência. Pinheiro (1995), através de importantes discussões sobre as ciências contemporâneas, reconhece e discute a interdisciplinaridade da ciência da informação, sem perder de vista a especificidade da área. Por fim, talvez, o caso mais evidente na procura da criação de um objeto científico seja o trabalho de Barreto (1994).

De maneira muito sucinta, apresentamos as associações que se fizeram necessárias para criar uma ciência que atendesse a uma nova realidade informacional perante a qual as

bibliotecas, com seus métodos tradicionais, não conseguiram dar uma resposta satisfatória. No caso do Brasil, ficam evidenciadas as articulações institucionais, sem deixar de reconhecer que o resultado dessa demanda pela “cientificação” da área teve como correlato a consolidação um campo teórico e epistemológico e seus desdobramentos nas instituições de ensino, pesquisa e associações profissionais.

Enquanto à tradição da formação profissional, mencionamos brevemente, esta remonta à criação do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1911), sendo incorporado ao sistema de ensino superior, em 1960. Nesse contexto, começou a criação dos cursos universitários de Biblioteconomia que, ao longo dos anos, cresceu para 43 cursos reconhecidos, de forma paulatina e constante, segundo dados do site da ABECIN².

Em 1922 foi criado o curso de Arquivologia do Arquivo Nacional (RJ), o qual se incorporou ao sistema de ensino superior em 1972. Desde 1977, foram criados 14 cursos de Arquivologia: 3 na década de 1970 (UNIRIO, UFSM, UFF), nenhum na década de 1980, 5 na década de 1990 (UNB, UEL, UFBA, UFES, UFRGS), e 6 na década de 2000 (UNESP, UEPB, UFAM, UFRG, UFMG). Jardim (2009) salienta o fato de que 10 desses cursos foram criados de 1998 em diante devido a uma crescente demanda por parte da sociedade e do Estado por profissionais que atuem na área pública e privada.

Perante o aumento crescente de cursos de biblioteconomia e arquivologia, evidencia-se a necessidade de estudos que rastreiem as diferentes denominações que eles adquiriram desde sua incorporação no ensino superior até os dias de hoje; assim como também a nomeação das diversas instâncias acadêmicas e/ou administrativas nas quais se inseriram dentro das universidades. De maneira inicial, podemos perceber que os cursos de biblioteconomia e arquivologia encontram-se alocados majoritariamente em departamentos, institutos, etc. de ciência da informação.

A falta de pesquisas no tema nos leva a levantar perguntas como: essa prática institucional se sustenta oficialmente em questões de índole teórica pelas quais seria “natural” que a biblioteconomia e a arquivologia encontrassem um lugar de diálogo, etc. oferecido pela ciência da informação? Motivos outros, como a tradição de ensino e pesquisa instaurada na biblioteconomia e na ciência da informação, possibilita a incorporação dos cursos de arquivologia? Questões de economia administrativa podem também levar ao agrupamento

² Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação. Disponível em: <http://www.abecin.org.br/portal/abecin/main.php?sl=docabe>.

mencionado dentro das instâncias universitárias, entre as quais se destaca o aproveitamento de professores, em ocasiões, sem formação específica para cada uma das áreas?

Outro aspecto importante que oferece luzes sobre nosso tema abordado são as publicações. Jardim (1998) e Fonseca (2005), em pesquisas feitas em revistas da área de arquivologia, identificam temas de investigação da área: classificação, arranjo, descrição, políticas públicas, avaliação, teoria arquivística, tecnologias aplicadas a arquivos, legislação, planejamento, administração, formação profissional, arquivos pessoais, gestão de documentos (incluindo eletrônicos), arquivos universitários, arquivos fotográficos e diplomática.

Com o intuito de observar a produção científica da arquivologia com a ciência da informação, consultamos a revista *Ciência da Informação*. Tratando-se de um periódico especializado da área, colocamos a palavra chave “arquivo” e “arquivologia” para detectar relações entre a arquivologia e essas outras áreas. No entanto apareceram 12 artigos e somente 1 reflete sobre a relação das duas áreas, e a grande maioria sobre temas em comum como documento eletrônico, novas tecnologias e processos informacionais.

A apresentação em eventos foi focalizada unicamente no ENANCIB por ser um evento da área da ciência da informação no qual se congregam cada vez mais arquivistas e museólogos. Marques e Rodrigues (2009) analisaram as apresentações sobre arquivologia no ENANCIB, entre os anos de 1994 e 2008. Constataram que a porcentagem de trabalhos na área é de menos de 5%, sendo que os trabalhos referem-se basicamente a políticas, formação profissional e fotografia.

Por outro lado, conforme Mariz (2012) demonstra em uma coletânea organizada por ela, além do aumento do número de cursos de arquivologia, demonstrou-se uma crescente, embora rápida, consolidação científica, através de suas associações de ensino pesquisa, suas publicações próprias.

Sintetizando, embora a biblioteconomia americana possuísse uma longa e rica tradição específica, a documentação e a ciência da informação foram um desafio para sua redefinição no âmbito científico. No caso da ciência da informação, nascida em alguns espaços da própria biblioteconomia; ela permitiu oferecer um objeto mais amplo que se ajustasse a todos os materiais, a todos os conteúdos e todas as necessidades: a informação. Apropriando-se num primeiro momento da Teoria da Informação, desenvolvida para o estudo de sinais em meios tecnológicos, foi possível a criação de um objeto de estudo que permitisse a sobrevivência de

suas práticas, a construção de um campo teórico, e a legitimação científica que a modernidade exigia.

Como vimos, a aceitação da ciência da informação pela biblioteconomia não foi fácil no início, embora tendo prevalecido. No caso do Brasil, a biblioteconomia, no momento da introdução da ciência da informação, já tinha sofrido a mudança de um modelo europeu pelo modelo americano. Dessa forma, principalmente através da criação do curso de pós-graduação do IBICT foi sendo paulatinamente aceita.

Nascida em decorrência de atividades burocráticas, a arquivologia construiu tradicionalmente suas práticas e seu objeto com relação ao direito e à história. Sua constituição científica foi primeiramente colocada pela história, como apelo de sua própria objetividade e cientificidade para a construção do passado. No final da década de 1980, a arquivologia defrontou-se com uma nova realidade, as novas tecnologias. Foi por esse motivo que a informação começou a ser colocada como possibilidade de objeto de estudo. Na entanto, à diferença da biblioteconomia, para a qual a informação seria seu objeto; a arquivologia coloca a informação como apenas um, entre outros temas de preocupação, entre eles destacamos a memória ou o documento. Essa atitude fica refletida quando observamos sua escassa participação em pesquisas realizadas no âmbito da ciência da informação.

Reflexões finais

Há ciências que se constroem a partir de fenômenos ou objetos previamente existentes como, por exemplo, a meteorologia ou a geologia. Também conhecemos outras que têm a necessidade de construir seu objeto. A construção de um objeto na ciência se constitui a partir de regras e normas no interior do seu próprio discurso e em relação a outros, assim como pelo estabelecimento de instituições e associações competentes. No caso da informação, esta nasceu com a Teoria da Informação, que a considera como um fenômeno observável na transmissão de mensagens.

Neste sentido, quando apropriada pela ciência da informação, esta se torna um conceito, motivo pelo qual pode ser estendida para o conhecimento, os processos e as coisas. Partindo do princípio de que tanto a biblioteconomia como a arquivologia se estruturam pelo conhecimento (no seu sentido mais amplo), pelos seus processos e pelas coisas, podemos levantar a hipótese que, em última instância, a informação deveria estar presente nessas áreas

enquanto seu objeto. Porém, também devemos prestar atenção para o fato de que essa afirmação está sendo enunciada historicamente, ou seja, a partir de um lugar e um momento nos quais, justamente por associações de poder, é permitido que ela se pronuncie.

Propomos que as observações apontadas sobre a ciência da informação como “saber poder” possam ser analisadas como associações ou aproximações, nas quais de forma explícita ou implícita se manifestam relações de poder. Enquanto às associações, percebemos que elas existem com a biblioteconomia, tanto no que diz respeito à construção do seu objeto e procedimentos, como com seus aspectos institucionais. No caso da arquivologia, notamos uma associação teórica, relativamente tardia e ainda como possibilidade. No entanto, há uma associação “externa”, notadamente no meio acadêmico, imposta pelo lugar em que se aloca na estrutura das universidades. Esta última forma de associação é muito importante porque é determinante, porém isso não significa dizer necessariamente assimilação ou incorporação de princípios.

Enquanto à aproximação, também esta não significa consenso. Todavia, uma aproximação pode ser estabelecida quando houver um interesse compartilhado acerca de um objeto, um problema, um aspecto, etc. Nesse sentido, a informação pode ser um lugar de reflexão entre outros, mas não necessariamente o principal. Ela também pode ser discutida tanto pela ciência da informação, como pela biblioteconomia e a arquivologia, separadamente.

Assim, finalmente, afirmações que contemplam a ciência da informação como “lugar de diálogo”, “solo epistemológico”, etc. não desqualificam a ciência da informação, pelo contrário, se propõem a solidificar um objeto comum. Neste debate, porém, o que não se pode deixar de reconhecer são os agenciamentos de poder que articulam e permitem a existência desse discurso.

Referências

- BARRETO, A. A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 4, 1994.
- BORBA DE MORAIS, R. O engenheiro, o bibliotecário e o sentido de um projeto cultural. **Revista da Biblioteca Mario de Andrade**, n. 54, 1992.
- COOK, T. What is past is prologue: A history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, n. 43, p. 17-63, 1997.
- COUTURE, C. La formation et la recherche em archivistique, Éléments révélateurs de l'état de développement de l'archivistique contemporaine. **Archives**, v. 33, n. 2, p. 21-44, 2001-2002.
- _____.; DUCHARME, D. La recherché en archivistique: um état de la question. **Archives**, v. 30, n. 3-4, p. 11-38, 1998-1999.
- _____.; DUCHARME, J.; ROUSSEAU, J. Y. L'archivistique a-t-elle trouvé son identité? **Argus**, v. 17, n. 2, p. 51-60, 1988.
- CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de Archivistica**. Madrid: Fundación Germán Sánchez, Ruipérez, 2008.
- DAY, R. R. Tropes, history, and ethics in professional discourse and Information. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 3, n. 51, p. 469-475, 2000.
- FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- FONSECA, E. N. Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil. **Revista do livro**, v. 2, n. 5-6, p. 95-124, 1957.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005a.
- _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2005b.
- FROHMANN, B. "Best Books" and excited readers: discursive tensions in the writings of Melvil Dewey. **Libraries and Culture**, v. 32, n. 4, p. 349-371, 1996.
- GAGNON-ARGUIN, L. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística. In: ROUSSEAU, J-Y; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- GOMES, H. E. Experiência do IBBD em programas de pós-graduação. **Revista da Escola de Biblioteconomia UFMG**, v. 3, n. 1, p. 13-26, 1974.
- GONZALES de GOMEZ, M. N. Para uma reflexão epistemológica da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, p. 5-18, 2001.
- JARDIM, J. M. Diversidade arquivística e políticas de arquivos. **Ponto de Acesso**, v. 3, n.1, p. 46-59, 2009.

_____. A produção do conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ciência da Informação**, v. 27, n. 3, 1998.

MARIZ, C. A. A; JARDIM, J. M; SILVA, C. A. S. **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

MARQUES, A. A. C.; RODRIGUES, G. M. A Arquivística nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB's): análise preliminar da influência do pensamento arquivístico internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa **Anais...** João Pessoa: ANCIB, 2009.

NUNES, L. **Epistemologia da ciência da informação**: um estudo das comunicações da GT1 do ENANCIB. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2009.

ODDONE, N. E. **Ciência da Informação em perspectiva histórica**: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970). 2004. Tese (Doutorado) – IBICT/UF RJ, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2004.

PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995.

SCHELLENBER, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SHERA, J. H. Sobre bibliotecología, documentación y ciencia de la información. **Boletín de la UNESCO**, v. 22, n. 2, p. 81-89, 1968.

ZAHER, C. R. Da documentação à informática. In: SILVA, B. et. al. **Da documentação à informática**. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

Artigo submetido em: 06 maio 2013

Artigo aceito em: 09 set. 2013